



INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR FRENTE A NECESSIDADE DA UTILIZAÇÃO DE LIBRAS E BRAILLE

Amazilene Da Silva Aguiar Fonseca¹
Cristiano de Assis Silva²

RESUMO

O presente tem como objetivo analisar a prática pedagógica do professor frente a necessidade da utilização de libras e braille. Os professores exercem um papel fundamental sobre a prática pedagógica de ensino voltada para as especificidades dos alunos que tem necessidade de serem ensinados por libras e braille, sendo eles os que estão diretamente envolvidos no processo e diante do desafio da inclusão na sala de aula. Mediante a isto, esse trabalho apresenta um estudo identificando os obstáculos enfrentados pelos professores e a prática pedagógica utilizada de fato. O propósito da inclusão está centrado em assegurar uma educação de qualidade para todos, sendo assim, o professor é essencial nesse processo educativo, visto que, é ele quem irá coordenar suas atividades educacionais na sala de aula. Portanto vale ressaltar que o processo de educação inclusiva não é simples, nem uma tarefa fácil, ocorrendo assim algumas lacunas, que reflete na qualidade do aprendizado que vem sendo ofertado na rede regular de ensino, para os alunos com deficiências.

Palavras-chave: Inclusão, Libras, Braille, Libras, Professor.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país democrático e traz consigo princípios e fundamentos que são regidos pela Constituição, e um os principais é que as pessoas devem ser consideradas iguais. Todavia, existe um número significativo de pessoas que segundo critérios adquiridos ao longo da história pela sociedade, são excluídas do contexto de igualdade, sendo, portanto, consideradas pessoas com deficiência (SILVA; ARRUDA, 2014).

A inclusão e a permanência desses alunos nas escolas regulares da rede pública de educação ainda é um grande desafio. Diante disso, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre os problemas e situações que ocorrem para garantir uma educação de qualidade para que esse aluno se sinta realmente inserido.

¹ Docente. Doutora em Ciências da Educação pela Absoulute Christian University. Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar – Faculdade de Antônio Propicio Aguiar Franco – FAPAF. Porto Franco – Maranhão. amazilene@hotmail.com

² Professor orientador: Doutor, Absoulute Christian University (ACU), Pós doutorado em Ciências da Educação, Doutor em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação, Licenciado em Ciências Biológicas, Bacharel em nutrição. dr.cristianoassis@gmail.com



A metodologia utilizada foi através da pesquisa qualitativa descritiva, que utiliza as informações da própria realidade. Diante disso, o objetivo do presente estudo consiste em analisar a prática pedagógica do professor frente a necessidade da utilização de libras e braille.

A problemática do referido estudo é a seguinte: quais são os principais desafios do professor para o ensino de libras e braille na sala de aula?

METODOLOGIA

A produção científica em questão tem como objetivo a produção de um trabalho científico relevante e atual, ou seja, um trabalho que tem exigência de especificação, de forma direta, dando tratamento estruturado a um único tema, devidamente especificado e delimitado, sendo caracterizado pela unicidade e profundidade do tratamento dado ao tema, conforme Severino (2013).

De acordo com Prodanov (2013) um trabalho científico é desenvolvido quando existe um interesse em investigar algo a respeito de um tema com o objetivo de levantar respostas para as perguntas propostas, e quando não há informações suficientes para resolver o problema, faz-se necessário utilizar-se de outros métodos.

Portanto, considerando o supramencionado, o trabalho em questão visa analisar a prática pedagógica do professor frente a necessidade da utilização de libras e braille. Dessa forma, para melhor compreensão do assunto foco da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que é aquela que se realiza a partir de registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos e teses, utilizando-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores, conforme Severino (2013).

Para atingir o objetivo em questão de análise comparativa fez uma análise entre as legislações, assim, foi feita uma busca de conteúdo, que se trata de uma metodologia de análise tratamento de informações sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens, afirma Severino (2013, p. 94) “e no caso em questão como trata-se de legislação a análise é feita a partir de documentos escritos”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº, 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, garante ser dever do Estado, garantir o “atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede



regular de ensino”. Dedicando ainda o capítulo V aos aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º versa sobre os serviços de apoio especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais (GUARINELLO, et al, 2006).

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

E ainda, em seu Art.2º a LDB/96, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, versa sobre o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercer a cidadania e sua qualificação profissional (CARVALHO; SALERNO; ARAÚJO, 2015).

A educação de surdos deve ser ministrada nas duas línguas, desde a educação infantil, pois quando começa cedo o ensino a criança aprende melhor essa fase é da imitação e assim garante que nos próximos anos já estão familiarizados com as duas línguas e pode futuramente escolher para melhor progredir em seus estudos e para a vida adulta também, e assim poder ser inserido melhor na vida adulta (COUTO; ALMEIDA, 2014).

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) garantem a integração do educando com necessidades especiais no sistema comum de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino das crianças surdas deve ocorrer por meio da Libras como primeira Língua L1 e da língua Portuguesa como segunda Língua L2, para poder fazer parte da sociedade e assim ser inserida em sua totalidade. Mas ainda percebe que a escolarização dos alunos surdos enfrentam alguns entraves, na educação de surdos ainda deixa muito a desejar, pois faltam investimentos para melhor atender a inclusão (OLIVEIRA, 2012).

Têm-se mais documentos relevantes sobre o assunto um desses é a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, aprovado em 05 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá (MARILENE; MEYER, 2016).



Esse documento veio para ajudar pais, professores, gestores educacionais, mostrar que todos devem agir juntos para garantir a inclusão em sua totalidade. Seria bom que não precisasse recorrer às leis para fazer valer os direitos da inclusão. Torna-se muito desgastante quando é necessária ir a uma estância maior para fazer valer o que este previsto em leis, ou seja, garantir os direitos da inclusão. Muitas vezes as famílias desses alunos não têm conhecimentos das leis muito menos dos seus direitos (PAULA, 2018).

Portanto, para os alunos surdos, além do processo que precisa acontecer que é a inclusão, ainda tem a necessidade de aprendizado da Língua Brasileira de Sinais – Libras, reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/02, que legitima a Libras como meio de comunicação dos surdos, um reconhecimento que deixa cada vez mais fortalecido as estratégias de conquistas dos movimentos de surdos. Essa legislação garante ao surdo o direito linguístico de ter acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais. Essa lei age como um instrumento legal que reconhece e afirma a Libras como uma das línguas brasileiras usadas pela comunidade surda do Brasil (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019).

Por outro lado, no que concerne a deficiência visual, segundo Santos; Reis (2017, p. 20) “a expressão deficiência visual se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal” e como professor, é indispensável adquirir e se aprofundar no conhecimento sobre classificação da deficiência visual, pois somente assim os educadores podem melhorar ou desenvolver técnicas de adaptações curriculares a esses alunos.

Em outras palavras, é mister destaca que “um grande marco na história da educação de pessoas cegas foi à criação, em 1946, da Fundação para o livro do cego no Brasil, hoje denominada Dorina Nowill para cegos que o objetivo original de divulgar livros do sistema Braille” (BRUNO, MOTA, 2001, p. 28).

De acordo com Dardes:

O Braille é um sistema universal de códigos que permite a leitura e as escritas das pessoas cegas. Foi criado na França em 1825, por um estudante cego Louis Braille. Baseia-se na combinação de 62 pontos que representam as letras do alfabeto, os números e outros símbolos gráficos. A combinação dos pontos é obtida pela disposição de seis pontos básicos, organizado espacialmente em duas colunas verticais com três a esquerda de uma cela básica denominada cela Braille (DARDES, 2010, p. 04).

Diante disto, foi presenciada grande evolução de ensino aos alunos com deficiência visual no Brasil, abrindo novas oportunidades, como por exemplo, a criação de curso de especialização, onde aos poucos foram se especializando para receber esses alunos com deficiências.

Perrenoud (1993) diz haver uma necessidade de que os cursos de formação de professores possam passar por uma reformulação para ajustar o que ensina ao futuro professor, ao que ele realmente tem que colocar em prática, isso porque, a maioria dos formadores nunca estiveram em sala de aula e desconhecem a realidade dessa prática, da e escola e do sistema educacional como um todo, de forma que as receitas que ditam muitas vezes são pouco aplicáveis em situações reais, isso pelo fato de que cada educando é único e com suas próprias particularidades, como também se diferem de um para o outro, as situações de aprendizagem.

Dessa forma, se faz necessário que cada professor procure transformar sua prática pedagógica de maneira a fazer com que essa diferença possa ser notada, principalmente no que se refere ao respeito às diferenças individuais de seus alunos, sem esperar que cursos de formação dos quais possa participar venham operar o milagre de fazer com que uma metodologia aplicada em uma sala regular, possa surtir o mesmo efeito em uma sala inclusiva, com variados perfis de alunos.

Nas palavras de Torres González (2002), ao falar da inclusão, fica claro que:

As adaptações curriculares relacionam-se com afirmações conceituais que fundamentam a necessidade de um currículo comum, geral, como resposta curricular a diversidade e respeito às diferenças individuais. Essas adaptações podem ser consideradas como resposta adequada ao conceito de necessidades educativas especiais e ao reconhecimento, numa sociedade democrática, dos princípios de igualdade e diversidade. (GONZÁLEZ, 2002, p.162)

Tendo como base o Processo de Integração Escolar dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Sistema Educacional Brasileiro (1995, p.18), o Conselho Nacional de Educação aprovou a Portaria nº 1793/94, recomendando a inclusão de disciplinas específicas e conteúdos que venham ser incorporadas a grade curricular dos cursos de graduação de professores acerca das pessoas com necessidades especiais.

Dessa forma, ao concluir seu curso superior, o professor já é consciente de que ao exercer sua profissão, pode se deparar com salas com alunos sem deficiência e com deficiência, e já ter um embasamento teórico para ser colocado em prática, de como conciliar essas duas realidades tão antagônicas, mas possíveis.

Embora seja uma saída viável para minimizar as queixas de muitos professores, essa recomendação legal, não chegou a todas as universidades brasileiras, ficando ainda a encargo dos cursos de formação continuada ou de capacitação operar o milagre, pois “os professores esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permitam aplicar



esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas” (MANTOAN, 2002, p.8)

Apesar da implementação dada ao trabalho do professor pelos recursos tecnológicos hoje existentes, que facilitam e enriquecem a aprendizagem e assessoram sua prática, é inegável que nenhum deles pode substituir o conhecimento mediado pelo professor, por ser ele quem tem a capacidade planejar e selecionar os conteúdos a serem desenvolvidos de acordo com a competência de assimilação de cada aluno.

O Conselho Nacional de Educação “No documento, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, de 2001, o Conselho Nacional de Educação explicita o perfil desejado de formação de professores que, como se pode observar, dificilmente seria atingido no nível médio, a saber:

- 1º- São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais àqueles que comprovem que, em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequado ao desenvolvimento de competências e valores para:
 - I – Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação exclusiva.
 - II – Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimentos de modo adequado nas necessidades especiais de aprendizagem.
 - III – Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para atendimento de necessidades educacionais especiais.
 - IV – Atuar em equipe exclusiva com professor especializado em educação especial.

Assim, para que a inclusão na escola venha a se concretizar é necessário que tanto a administração da escola quanto o planejamento estejam voltados para a prática de ações democráticas no acolhimento de alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo-lhes, por direito de cidadania, a inclusão na aprendizagem e na participação (CARVALHO, 2004).

O cumprimento desse direito deve se estender a cada um dos que trabalham na escola, não mais por cumplicidade, ou por obrigatoriedade em acatar ordens, mas deve ser executado como um direito legal reservado a essa clientela. Essa conscientização deve preceder à redação do projeto político-pedagógico para que as mudanças possam nele serem incluídas e esses alunos vistos como sujeitos com igualdade de direitos a participação.

Nesse processo, o professor deve ser flexível e aberto a compartilhar com os outros profissionais, com os próprios alunos e com os pais as decisões pedagógicas que possam trazer benefícios para a inclusão, e abrir possibilidades de aprendizagem aos alunos, de maneira a dar as respostas desejadas as situações diversas com as quais tem que lidar. Ao diretor de uma escola inclusiva, compete promover condições para que as práticas possam refletir o poder que



a escola tem de transformar as relações sociais, através de reuniões pedagógicas, exploração de temas relacionados à acessibilidade, adaptações curriculares e apoio as práticas inovadoras que os professores venham aplicar.

Os desafios do gestor frente a educação inclusiva se transforma a cada dia numa tarefa mais delicada, pois depende muito de todo um trabalho de conscientização e inclusão, e se esses métodos ou estratégias forem bem elaborados e implantados da mesma maneira na escola comum, o resultado se resume em melhoria na qualidade da educação básica e superior.

A escola, independente de trabalhar com pessoas com ou sem necessidades especiais devem cumprir com seu principal papel, proporcionar o direito de exercer a educação. Dessa forma, pode-se dizer que é indispensável o aprimoramento das práticas pedagógicas para atender tanto os alunos sem deficiência, como também estar preparada para os alunos que tem algum tipo de necessidade especial.

De acordo com Fávero; Pantoja; Mantoan (2007, p. 45):

A transformação da escola, não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

Infelizmente muitas escolas ainda criam certa barreira quando o assunto é educação inclusiva, ou seja, além de faltar o conhecimento necessário sobre a importância da inclusão, falta também um comprometimento e um reconhecimento maior, pois essas pessoas também tem direito a educação como qualquer outra. Como afirma Fávero; Pantoja; Mantoan (2007, p. 45-46):

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão social parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais).

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas de ensino regular se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

Daí surge os principais desafios que os gestores das escolas enfrentam diariamente, sendo um deles o despreparo dos profissionais, a mudança na adequação da organização pedagógica e, além disso, em alguns casos a discriminação do próprio profissional com relação



aos alunos com determinadas dificuldades de aprendizado. Então são vários os motivos e barreiras que o gestor na sua função deve administrar e controlar. Porém, o gestor deve ser sabedor que a escola em que atua deve disponibilizar de uma equipe que esteja engajada em atender a qualquer tipo de público.

O mais interessante seria que, conforme Oliveira e Adrião (2007, p. 81):

A direção da escola não ficasse, como hoje, concentrada exclusivamente na autoridade de um diretor que, sem condições objetivas de perseguir propósitos educativos, se vê compelido a atender os ditames do Estado, sem nenhuma ligação com aqueles a quem os serviços escolares deveriam beneficiar. É neste sentido que a escolha dos dirigentes, acima de qualquer solução burocrática ou clientelista, deve passar necessariamente pela manifestação da vontade dos dirigidos, de modo a comprometer-se de fato com os que fazem a educação escolar e, acima de tudo, com os usuários diretos (alunos) e indiretos (pais e comunidade em geral) de seus serviços.

Enfim, a direção é a cabeça da escola, e se a mesma não tiver comprometimento em realizar um trabalho de inclusão ou fazer com que sua escola seja também inclusiva, fica cada vez mais complicado expandir a educação e ao mesmo tempo inserir as pessoas, independentemente de sua diferença, no meio educacional, onde milhares e milhares de pessoas são inseridas na sociedade diariamente.

Nesse sentido, possibilitar aos alunos surdos aprendizagens significativas, nos leva à discussão sobre a inclusão destes discentes. Mas a inclusão de fato ocorre? O Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024, estabelece em sua meta 4 que:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 2).

Nesta meta, quando se afirma que tem como objetivo promover a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, “com a garantia de sistema inclusivo”, destaca-se que possibilitar que os alunos estejam na rede regular de ensino, não garante que de fato, a inclusão ocorra (OLIVEIRA, 2012).

Como citado acima, ao lado do professor, encontra-se o intérprete, que atua na sala de aula como fosse um elo entre o professor e o aluno surdo. No entanto, muitas vezes o papel do intérprete é confundido com o do professor regente da sala de aula, pois alguns docentes querem transferir toda a responsabilidade do processo de ensino e aprendizagem para este profissional.



Contudo, o que deve ocorrer é uma ajuda mútua entre os profissionais para que o aluno com surdez aprenda da melhor forma possível (PAULA, 2018).

A formação do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e implementar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidências pelos alunos com necessidades educacionais especiais (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019, p. 305).

Conforme a autora, os professores têm que ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, e suas diferentes necessidades conforme seu processo de aprendizagem, bem como, criar atividades e materiais acessíveis, além de analisar formas de avaliar os alunos para aprimorar o atendimento e qualificar os mesmos, para os alunos (OLIVEIRA, 2012).

É importante que o professor, em sua ação mediadora saiba e conheça métodos e estratégias para receber o aluno cego, entre elas podem ser destacadas:

- Compreenda que a pessoa cega não vive num mundo escuro e sombrio. Ela percebe coisas e ambientes e adquire informações através do tato, da audição, do paladar, do olfato, dos sentidos sinestésicos e remanescentes;
- Utilize materiais com diferentes texturas e estimule todos os sentidos do seu aluno cego;
- Indique as distâncias dos objetos e coisas em metros, quando houver necessidade. Pode dizer, por exemplo: "A estante está a uns 2 metros à sua frente";
- Ao orientar o seu aluno cego que direções seguir, o faça do modo mais claro possível. Diga "à direita", "à esquerda", "acima", "abaixo", "para frente" ou "para trás", de acordo com o caminho que ele necessite percorrer ou se voltar. Nunca use termos como "aqui", "ali", "lá";
- Fale sempre diretamente ao seu aluno cego, e nunca por intermédio de seus colegas ou acompanhantes. Não evite as palavras "veja", "olhe" e "cego"; use-as sem receio. Todas as pessoas cegas as utilizam no seu cotidiano;
- Nunca exclua o aluno cego de participar plenamente das atividades de campo e sociais, nem procure minimizar tal participação. A cegueira não se constitui em problema para tais atividades. Permita que o aluno decida como participar; Dê mais tempo para o aluno cumprir suas tarefas e diminua o número de itens nas avaliações. Esta é uma garantia prevista pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2020, p. 1);

O desafio que se enfrenta nesse século consiste em transformar a escola de todos para todos numa instituição igualitária, ou seja, por meio da renovação de suas práticas educativas para atender à realidade dos desafios que chegam à sociedade, na formação de um cidadão pleno de seu compromisso.

É de suma importância entender que a formação inicial do professor deveria proporcionar a ele condições de um trabalho docente consciente, em outras palavras, não só de



teoria, mas destacar a construção do conhecimento com práticas para que se possa enfrentar os desafios do processo ensino-aprendizagem. Desta forma, Saviani (2010, p.53):

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Sendo assim, compreender que a formação do professor necessita acontecer de forma contínua e continuada que o conhecimento seja progressivo e sistematizado com perspectivas de inovar, vencer os desafios, é preciso antes de tudo isso, parar de enxergar a educação como processo de integração, mas sim como inclusão, com base nos fundamentos de direitos humanos, pois a educação é um direito de todos, com garantia de acesso e permanência nas escolas (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, o professor que não identifica as peculiaridades em seus próprios alunos, como também as potencialidades que estes possuem, não pode apresentar um currículo flexível a necessidade dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os cursos de formação inicial tenham a Libras como disciplina obrigatória, o que podemos constatar em diversas escolas, é que apenas esse contato durante o curso não possibilita que os docentes que lá atuam tenham todos os conhecimentos necessários para se tornarem fluentes e poderem se comunicar livremente com os alunos surdos.

Aprender Libras não ocorre de forma mágica, é preciso muito esforço e comprometimento. Muitos professores acabam se interessando pela língua, têm até o desejo de aprendê-la, mas como exige tempo, acabam se distanciando ou desinteressando nessa aprendizagem. E nesse caso recorrem à figura do intérprete, como aquele que deverá estar na sala de aula para auxiliá-lo.

Por fim, ressalta-se que o currículo atenda as particularidades de todos no processo educativo, sem exceções e a experiência visual sobressai a oralidade, ações afirmativas que fortaleçam a cultura e identidade do surdo e cego e sempre tendo a responsabilidade que é necessária para promover cidadania e assim será possível oportunizar os direitos de todos na construção de uma sociedade mais igualitária.



Conclui-se que a inclusão não pode ser vista como algo imposto e sim como uma premissa onde o sujeito surdo e mudo seja parte dos contextos sociais com os quais vive. Assim, não deve existir diferenças no atendimento a um surdo ou um mudo em sala de aula, mesmo se for na Rede Pública o ambiente escolar precisa ser agradável e inclusivo. Entretanto, para que esses fatores se transformem em realidade é indispensável começar pela formação de professores, fortalecendo a mesma para que tenham acesso a língua de sinais e que a Libras e o Braille se torne não somente parte da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, mas de uso cotidiano na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394/96 de 23/12/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 23/12/96.

BRASIL. **Professor: saiba receber o aluno cego em sala de aula.** Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/nedesp/contents/menu/documentos/professor-saiba-receber-o-aluno-cego-em-sala-de-aula>. Acesso em: 14/05/2022.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Glória Batista da. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual.** vol. 1. Fascículos I – II – III/, colaboração: Instituto Benjamin Constant. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasileiro; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. A educação especial nas leis de diretrizes e bases da educação brasileira: uma transformação em direção à inclusão educacional. Horizontes – **Revista de Educação**, Dourados, MS, v.3, n.6, p. 34- 48, jul./dez. 2015.

COUTO, Marli; ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de. **Formação dos professores que atuam na inclusão de alunos surdos no ensino regular.** Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Volume I, 2014.

DARDES, Mariana de Cássia Mauro de Camargo Moraes. Deficiente Visual – Uma Educação Inclusiva ou Exclusiva? **Revista Pandora Brasil** Nº 24 – Novembro de 2010.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica.** Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, nº 3, p. 317-330, set./dez. 2006.

MACEDO, Yuri Miguel; NUNES, Elna Lacerda Machado; BENEVIDES, Silvia Lúcia Lopes. Libras: desafios e possibilidade para a implantação do currículo da educação básica, da rede



regular de ensino de Uibaí. @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 7, n. 16, 2019

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.

MARILENE, Domanovski; MEYER, Vassão Adriane. **A importância da libras para inclusão escolar do surdo**. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Volume I, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de libras. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012.

OLIVEIRA, R. L. P. de; ADRIÃO, T.. **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2ª Ed. São Paulo: Xamã, 2007

PAULA, Leandro Silva de. O ensino de libras no curso de pedagogia: desafios, avanços e o papel do intérprete educacional. **Rev. Docência Ens. Sup.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 77-91, jan./jun. 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas Lisboa: Dom Quixote 1993.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2ª Ed., Novo Hamburgo - RS, Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013.

SANTOS, Damares Matos dos; REIS, Ivonete Farias dos. Uma reflexão sobre os desafios na aprendizagem e inclusão do aluno com deficiência visual: estudo na escola de ensino infantil e fundamental Lírios do Vale em Augusto Corrêa-Pará. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Augusto Corrêa – PA, 2017.

SAVIANI, D. Ciência e educação na sociedade contemporânea: desafios a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 12, n. 16, p. 13-36, jul./dez. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 –nº 1 – 2014**.

TORRES GONZÁLEZ, J. A. (2002). **Educação e Diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.